

FRONTEIRAS E MARGENS, UM MODO DE VER E APREENDER A PAISAGEM NO JALAPÃO (TO)¹

Gisela Pires do Rio

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

O Jalapão vem se modificando nos últimos 80 anos sob efeito de pressões ligadas às transformações no uso da terra e aos efeitos de mudanças climáticas. Recentemente, medidas de proteção e conservação impulsionadas pelo Sistema Nacional de Conservação têm incentivado a criação de mosaicos de unidade de conservação. Neste artigo, explora-se como a paisagem no Jalapão foi descrita por Pedro Geiger no relatório que elaborou em 1943 quando integrou um grupo de profissionais do IBGE para a preparação de mapa do Brasil na escala do milionésimo. O relatório é rico em observações diretas e permite acompanhar o “olhar” de um geógrafo em início de carreira. Esta expedição foi parcialmente repetida em 2023 por pesquisadores da UFRJ. Os conceitos de paisagem, fronteira e margem foram convocados para suscitar questões de futuras pesquisas sobre as geografias regionais em contexto de aceleradas mudanças ambientais e climáticas.

Palavras-chave: Jalapão, expedição, gestão do território, gestão de águas.

ABSTRACT

The Jalapão is a very important space in Brazilian savanna region. The landscape in this region is punctuated by changes since the last 80 years under pressures from economic activities and the influence of anthropogenic climate change in a long process. More recently, conservation interventions as a spatial mosaic are proposed as an instrument of savanna’s conservation policy at regional level. In this paper, I explore how landscape in Jalapão was undertaken by Pedro Pinchas Geiger in his report wrote in 1943 when he took part of a IBGE institutional study group in preparation of Brazilian map. This excursion was key for identifying these changes and to study geographical practices and tools to describe a region from a field work. I show these changes through the photography and through the concepts of landscape, frontier and margin. In so doing, I moved from the field work description to the research questions. I suggest that these concepts help address geographical research on regional geographies in rapidly environmental and climate changes.

Key words: Jalapão, expedition. Territory management; water management

Introdução

O presente artigo consiste em reflexão a partir de uma expedição, realizada em 1943, aos “sertões das Gerais” em trechos que correspondem atualmente ao estado do Tocantins, mais especificamente ao Jalapão, e um trecho do oeste do estado da Bahia, nos municípios de Formosa do Rio Preto e Barreiras. Este percurso envolve um segmento da área limítrofe entre as bacias do rio Tocantins, afluentes da margem direita, e do rio São Francisco, afluentes da margem esquerda. Nesse trajeto, atravessou-se topos de chapadas, percorreu-se patamares, vales relativamente alargados, alguns poucos mais estreitados, e cortou-se cabeceiras de alguns dos afluentes daqueles dois rios.

¹ A realização deste trabalho contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A expedição foi realizada entre os dias 06 e 09 de outubro de 2023, período imediatamente antecedente ao XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (XV ENANPEGE), realizado na Universidade Federal do Tocantins, na cidade de Palmas. A escolha deste período foi obviamente condicionada ao Evento no qual vários integrantes² do grupo apresentariam trabalhos ou coordenariam Sessões Temáticas.

Antes de iniciar propriamente a análise, dois pontos merecem ser esclarecidos. O primeiro diz respeito à noção de expedição. Preferimos empregar este termo para marcar sua diferença em relação às práticas de excursões³ e de trabalho de campo. As primeiras dizem respeito ao deslocamento cujo percurso é, em geral, orientado por um guia e pressupõe a apresentação de determinada área ou de uma região de modo coerente. O trabalho de campo, em que pese suas diferentes modalidades e objetivos, está em geral associado a um projeto de pesquisa ou a ele pretende-se vincular (PIRES DO RIO, 2011 b). Reservamos, assim, o termo expedição para retratar um itinerário de interesse geográfico, sem que haja um tema preciso ou esteja vinculado a um projeto de pesquisa em desenvolvimento. A expedição ao Jalapão teve, do meu ponto de vista, tripla finalidade: atualização de informações sobre determinada área por meio do contato e observação diretos com a realidade local; pedagógica, ao aprofundar as práticas de observar e descrever as paisagens e eventuais particularidades no modo de interação no meio; e investigativa ao levantar indagações a partir das observações diretas com o intuito de explorar um tema, bem como avaliar a relação entre observação direta e a interpretação de determinado contexto. São pontos que alimentam, para desavisados, a descoberta de outra realidade ou de aspectos da diversidade regional, e, de certo modo, acionam chaves interpretativas para análise de processos e transformações em curso. São práticas que estão associadas ao exercício de produção do conhecimento.

O segundo ponto a ser esclarecido refere-se ao próprio percurso. Sua escolha não estava diretamente relacionada a um projeto de pesquisa, seja individual, seja coletivo. Ela teve por base o documento elaborado por Pedro Pinchas Geiger, publicado em 2014 na Revista *Terra Brasilis* – periódico dedicado à geografia histórica e à história do pensamento geográfico –, na seção intitulada “Documentos, mapas e imagens”. O texto retomava trechos de um relatório inédito redigido pelo próprio Pedro Geiger, quando realizou, em 1943, uma excursão ao Jalapão como parte de uma equipe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cuja atribuição era “levantar informações para o Órgão” que elaborava, naquela ocasião, a “carta do Brasil ao milionésimo” (GEIGER, 2014 [1943], p.2), parte de longo processo de mapeamento do território iniciado nos anos de 1920. Deve-se lembrar que à época Geiger era um jovem, recém egresso do curso de geografia da Universidade do Brasil. O interesse neste relatório consiste em apreciar o olhar do jovem e a tensão entre descrição e impressões, no presente.

² A iniciativa da expedição foi proposta por um grupo de professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, e contou com a participação dos professores Letícia Parente (coordenação), Marcos Paulo de Góis, Ana Brasil Machado, Eve Anne Bühler, do doutorando Rafael Gomes, do mestrando Vinicius Burle, das professoras colaboradoras voluntárias Telma Mendes e Gisela Pires do Rio, e de duas professoras externas ao PPGG, Maria Isabel Chrysostomo (IPPUR-UFRJ) e Janete Regina de Oliveira (UFV).

³ Há nessas modalidades de deslocamento e contato direto com a realidade os traços de tradições da disciplina. Recentemente uma tipologia desses deslocamentos foi descrita por Castro *et al.* (2022) como exemplo de um modo de observação dirigida, isto é, um contato breve, um tomar ciência de um contexto.

Uma expedição⁴ envolve deslocamento, partir para um lugar em geral de difícil acesso, conexão e distanciamento da realidade cotidiana. De modo amplo, toda expedição requer a definição de áreas e regiões, preparação, organização, financiamento, objetivos, mobilização de conhecimentos e experiência de campo, material cartográfico para orientar o deslocamento em área com sinal intermitente na ausência de conexão que viabilize o uso de dispositivos técnicos de geolocalização. Os resultados são a produção de material iconográfico, relatos, análises e interpretação daquela realidade, além de um material pouco valorizado e de difícil consulta como as anotações na forma de cadernetas de campo. De maneira bastante simplificada, definimos a expedição por seus objetivos e tipo de percurso. Nosso “guia” para a viagem foi o relatório escrito em 1943, já indicado anteriormente.

Meu interesse em tomar parte dessa expedição deveu-se a vários motivos de natureza profissional e pessoal: curiosidade em conhecer essa área que tem papel crucial para a gestão de águas no país, problemática desenvolvida em meus projetos de pesquisa junto ao CNPq; observar as estratégias de conservação do patrimônio natural em áreas úmidas (PIRES DO RIO, 2011 a), também objeto de pesquisa e com publicações sobre o tema com apoio desse mesmo Órgão; aproveitar a oportunidade para o emprego de recursos financeiros aos quais dispunha na ocasião; atualizar minha própria experiência de campo acumulada pelo desenvolvimento e participação em projetos de pesquisa e em disciplinas ministradas ao longo dos anos e que também foi objeto de um artigo (PIRES DO RIO, 2011a *op. cit.*); familiarizar-me com algumas questões atinentes à geografia histórica e à história do pensamento geográfico, para, a partir delas, tocar, ainda que de modo tangencial, a temática geografia e memória, esboçada em trabalho recente (PIRES DO RIO e SILVEIRA, 2024).

Adaptações ao roteiro original

O percurso foi definido, como já mencionado, a partir das anotações originais e excertos publicados na Revista *Terra Brasilis* por Pedro Geiger (2014 [1943]), e mais dois artigos publicados, em 1943 e 1946, na Revista Brasileira de Geografia: Expedição ao Jalapão de Gilvandro Simas Pereira. Esses trabalhos retrataram parte de um projeto de mapeamento do território brasileiro, promovido pelo IBGE, entre os anos de 1942 e 1945, tendo sido programado os levantamentos “geodésicos e cartográficos na região localizada nas fronteiras dos estados da Bahia, Goiás (hoje Tocantins), Maranhão e Piauí” (GEIGER, 2014 [1943]), *op. cit.* p. 3), ou seja, um trecho do espaço hoje denominado MATOPIBA.

Os limites do Jalapão foram assim definidos no relatório de Geiger (2014 [1943], *op. cit.* p. 3): “um espaço geográfico que se estende da confluência do rio Grande com o rio São Francisco, na Bahia, onde se situa a cidade de Barra do Rio Grande, até as áreas drenadas pelos afluentes da margem direita do rio Tocantins”. Foi nesse espaço cujos limites ao norte se estenderam até o sul do Piauí que decorreu a excursão. Havia uma relação direta entre a rede hidrográfica, localização de povoados e caminhos de tropas que configuravam as possibilidades de circulação naquela ocasião. O roteiro descrito foi iniciado por Barra do Rio Grande, seguindo o vale do rio Preto,

⁴ Como salientou Livingstone (1992), o vocabulário herdado das tradições das grandes viagens pode permanecer operando em determinadas situações.

cortando as chapadas e cruzando a serra Geral até Dianópolis.⁵ Voltou à Bahia e dirigiu-se para o sul do Piauí para daí retornar de balsa até a cidade de Barra do rio Grande (GEIGER, *idem*, p. 4), encerrando o percurso no Jalapão.

Diante do roteiro inicialmente descrito no relatório assinado por Pedro Geiger⁶, constatou-se a necessidade de ajustes em função do tempo disponível para a expedição, dos meios de transporte para deslocamento, das condições das estradas, das distâncias entre as cidades e entre essas e os lugares a serem visitados, implicando em itinerários muitas vezes lentos e difíceis, além da disponibilidade de recursos para a iniciativa, e dos interesses de cada membro do grupo (Figura 1). A primeira adequação refere-se, assim, ao alcance dos objetivos, para em seguida ajustar o roteiro original às efetivas condições para realização da excursão em 2023 e aos recursos empregados nas duas situações.

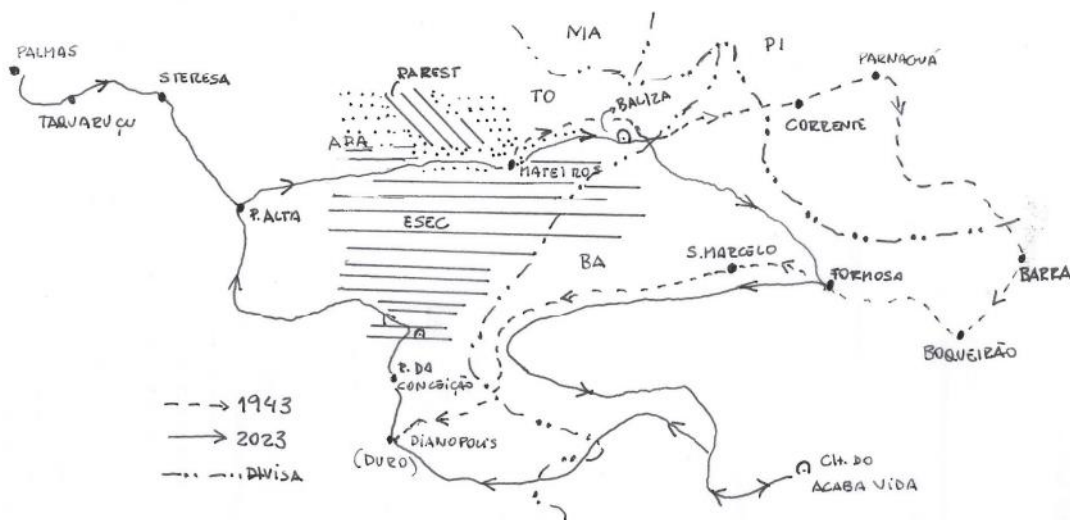


Figura 1 – Esquema dos roteiros das excursões de 1943 e 2023. Fonte: Geiger (2014[1943]) e anotações em campo sobre base cartográfica IBGE-Brasil e ICMBio. Elaboração própria.

Os objetivos da excursão de 1943 estavam ligados à atuação institucional do IBGE que, na ocasião, definia como prioridades o mapeamento cartográfico e mensurações realizados quase como um palmilhar do território, acrescidas de observações sobre as atividades econômicas e a distribuição da população. Objetivos estabelecidos pela ação institucional de longo prazo do Órgão, bem diferentes, portanto, dos objetivos anteriormente definidos pelo grupo em 2023.

⁵ Não se pode deixar de notar a força dessa região no imaginário literário, que nos dizeres de Guimarães Rosa é aquele “tabuleiro chapadoso”, onde “é preciso saber os trechos de se descer para Goiás”, lugar de “quebra-cangalhas” (...) “la-deiras terríveis vermelhas...” e de “chão que dá som” (Rosa, 2019 [1956], p. 48).

⁶ Deve-se lembrar que Pedro Geiger era um jovem recém-contratado pelo IBGE. As observações retratam em grande medida as bases da formação naquele período.

De um modo geral, a expedição de 2023 reconhecia que as paisagens descritas por Geiger não poderiam ser diretamente observadas, senão por aqueles elementos mutáveis em escalas de tempo de milhões de anos. A singularidade de formas-testemunho, como a Pedra da Baliza e seu papel no passado como referência para os deslocamentos de tropeiros e marco para a divisa interestadual, ressalta a importância de monumentos naturais como formas relíquias e dos diferentes tempos que uma paisagem pode conter. Mas, essa constatação não poderia ser impeditiva de questionamentos sobre como cada membro do grupo se posicionaria em relação ao contexto atual. Houve alterações toponímicas distritais e municipais que foram consideradas com o intuito de nos aproximarmos do trajeto de referência. No percurso descrito em seu relatório, Geiger (2014[1943]) menciona povoados e vilarejos que encontramos como sedes municipais ou foram objeto de reagrupamentos quando de sua emancipação.⁷

De um ponto de vista pessoal, dentre as muitas perguntas que a leitura daquele documento suscitou: a primeira delas foi como caracterizar e interpretar a evolução dessa área 80 anos após a descrição efetuada por aquele jovem geógrafo, considerando as diferenças em relação: a) aos meios empregados para deslocamento- lombo de mula e aquele utilizado pelo grupo em veículo 4x4; b) ao tempo de permanência na área e a interação com formas também distintas de representação da paisagem; c) à abrangência do leque de interesses e indagações de pesquisas individuais face à composição do nosso grupo e ao modo como esta interferiu na decisão final sobre o trajeto realizado; e d) ao modo como interrogar a paisagem para interpretar e analisar as transformações, a partir de chaves interpretativas consideradas adequadas e que foram sendo definidas ao longo do percurso por cada membro do grupo. A sistematização das observações, e o emprego de fotografias e esboços individuais foram práticas de apoio à interpretação, segundo os interesses de cada pesquisador.

De imediato, um esclarecimento se impõe em relação aos ajustes que foram necessários. O Jalapão em 2023 não poderia ser tomado em sua essência pela experiência e narrativa contidas no Relatório de 1943. Em 2023, recorreu-se à delimitação elaborada pelo ICMBio (s/d) como região limítrofe entre os Estados do Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão, compreendendo quatro estados e 10 municípios. Representa, portanto, um arranjo interfederativo para fins de gestão do território, no qual as funções de preservação e conservação estão intrinsecamente associadas. Esses limites abrangem uma extensa área de preservação e proteção composta por quatro unidades de conservação de diferentes níveis de governo, categorias e que permaneceu durante muito tempo com pouca conectividade aos eixos de integração regional.⁸ A redescoberta da região está, em grande medida, associada à criação do estado do Tocantins, à relevância das ações para a preservação de biomas, fauna, nascentes e mananciais, áreas úmidas, aos investimentos no setor de turismo, e às fortes pressões provocadas pelo avanço da frente agropecuária em áreas até então pouco adensadas e consideradas como fronteira de recursos.

⁷ O município de Rio Preto (BA), por exemplo, tornou-se Ibipetuba, e em 1972 passou a ser Santa Rita de Cássia, enquanto o distrito Formosa do Rio Preto, antes de se emancipar, em 1961, recebeu a denominação de Itajuí. No Tocantins, houve desmembramento no município de Ponte Alta que emancipou o distrito de Mateiros; Rio da Conceição se emancipou de Dianópolis (IBGE @cidades); e Palmas decorre do desmembramento de Porto Nacional.

⁸ Tomando-se a expansão da frente pioneira nos anos de 1960, os principais vetores de crescimento apontavam para o sul de Goiás e Rondônia. A abertura da Belém Brasília, BR 153, que cortava o então estado de Goiás no sentido norte-sul, seguia o eixo do vale do rio Tocantins, deixando o Jalapão relativamente distante do avanço da frente pioneira e dos efeitos imediatos de espinha de peixe, típicos desse tipo de frente associado à abertura de rodovias.

Em 2023, foram percorridos trechos dos municípios de Palmas, Santa Teresa do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Dianópolis⁹ e Rio da Conceição. Após Ponte Alta do Tocantins, o percurso circundou a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (ESEC Serra Geral), margeou alguns trechos nos limites do Parque Estadual do Jalapão, nos arredores da localidade de Mateiros, acompanhou o eixo do vale do rio Preto até Formosa do Rio Preto, e efetuou uma incursão na bacia do rio Grande, cortando os vales dos rios Branco e Janeiro. Nesse roteiro, ressaltou-se a posição singular do Jalapão em relação às pressões nas bordas desse mosaico; a constatação das transformações pela expansão dos cultivos de grãos no cerrado baiano, nos 80 anos que separam as duas expedições; além de indícios de diminuição da disponibilidade de água.¹⁰

De modo contrário ao trajeto efetuado por Geiger e demais membros da expedição do IBGE, o percurso realizado em 2023, tomou o sentido oeste-leste, iniciando em Palmas, cidade que ainda não havia sido criada na década de 1940. Supõe-se o entendimento de que, no nosso caso, houve uma etapa aérea Rio de Janeiro-Brasília-Palmas-Brasília-Rio de Janeiro, o que não seria possível no início dos anos de 1940, considerando a malha aérea, a estrutura aeroportuária naquele momento, e as vias de circulação na região. Assim, o início do roteiro de 2023 diferiu em alguns trechos cuja justificativa encontra-se nas condições e nos meios de locomoção, como já assinalado. Iniciamos, portanto, nosso percurso por aquilo que Geiger não viu, para, a partir de Mateiros, estabelecermos as correspondências com o que ele viu e relatou, conforme indicado no esquema já apresentado.

Paisagem, fronteira e margem, chaves para uma interlocução no tempo

As mudanças importantes pelas quais a organização espacial do país passou entre 1943 e 2023, o tempo disponível para travar contato com o Jalapão, e os interesses relacionados às pesquisas que venho desenvolvendo explicam a seleção de três chaves interpretativas – paisagem, fronteira e margem – para sublinhar os aspectos concretos das mudanças e a percepção de questões em torno da água. A vasta superfície de domínio de cerrados encontra-se no centro de uma questão interfederativa e regional que remete aos projetos de transposição entre as bacias dos rios Tocantins e São Francisco, discutidos no Congresso desde o início dos anos de 2000. Pelas observações diretas, a interconexão das bacias tem estreita ligação com os vetores de crescimento da cadeia produtiva de proteínas animal e vegetal.

A expansão da malha rodoviária, por meio das ligações longitudinais, paralelas e radiais do sistema rodoviário nacional, o impulso à expansão das frentes de povoamento e da agropecuária, a interconexão das malhas de energia, de irrigação e de comunicação, e o crescimento demográfico impuseram mudanças substanciais na configuração dos espaços, na articulação entre eles, na

⁹ Cidade do Duro ou simplesmente Duro cf. Geiger (1943, p. 18) correspondia a São José do Duro, atualmente Dianópolis, cuja origem remete ao século XVIII sob o topônimo de aldeia São Francisco Xavier do Duro (IBGE, @Cidades).

¹⁰ A diminuição da disponibilidade em água superficial notada pela redução e assoreamento de veredas, e ressecamento da vegetação foi confirmada por artigos sobre bacias com elevado uso de água para irrigação no oeste baiano (COSTA et al., 2018) nas quais os conflitos de uso tendem a se intensificar.

distribuição da população, das atividades econômicas e no modo de vida de populações tradicionais que ali vivem. De tal compreensão, optou-se por definir quatro chaves-interpretativas.

A primeira chave interpretativa que foi por mim considerada refere-se ao conceito de paisagem. As mudanças poderiam ser percebidas e observadas de modo mais evidente segundo essa dimensão do olhar. Um conceito-chave da geografia foi ampliado em sua compreensão pelas possibilidades abertas pelas novas tecnologias, ganhando em complexidade para sinalizar um conjunto estruturado e esquema simbólico de contato com a natureza (CAUQUELIN, 2000). Não há, assim, um modelo prévio de descrição geográfica que possa orientar, no presente, a análise desses fragmentos da realidade, cuja extensão está associada ao olhar, à capacidade do observador apreender a combinação de elementos que lhe dão cor, isto é, fisionomia própria, um conteúdo material. Este aspecto material indica as transformações observadas e expressa tanto ciclos de investimento, mudanças sociais, mas também pressão sobre o meio e sobretudo no modo de interação com o meio.

A descrição elaborada por Geiger adota unidades fisionômicas definidas a partir de elementos naturais, dentre os quais a vegetação, a disponibilidade de água nos brejos e nas veredas, ou, ao contrário, sua escassez nas chapadas com predominância de terrenos arenosos, e o relevo cuja combinação de formas sobressai e estabelece as “condições regionais naturais e ocupação humana” (GEIGER, *op. cit.* p. 4). Nas chapadas de arenito, Geiger chamou atenção para a “monotonia da paisagem”, para as diferenças do “trabalho das águas” e os decorrentes “aspectos na paisagem” (*idem*, p. 6); para o papel dos rios na caracterização da “paisagem dos Gerais” (*idem*, p. 14); para as zonas de transição onde “a paisagem vai mudando: acabam os brejos e a várzea se estreita e se torna interrompida” (*idem*, p. 14); para a predominância dos elementos naturais em relação à ocupação humana “a esta paisagem corresponde um tipo de ocupação... os moradores desta zona pobre e quase deserta têm uma vida rude e muito ligada à natureza.” (*idem*, p. 15).

A paisagem na forma de quadro natural e extensão de campo visual poderia limitar a complexidade adquirida ao longo do tempo e o modo de ver contemporâneo, combinado a um repertório distinto daquele disponível para Geiger à época na qual realizou sua excursão. O fato é que ao longo do documento, Geiger orientou sua descrição por uma paisagem na qual sublinha os elementos físicos como aqueles susceptíveis de serem associados ao regime climático semiúmido e aos processos erosivos. A Pedra da Baliza¹¹ ilustra esse aspecto.

De modo bastante simplificado, é possível elencar os principais elementos que combinados dão os contornos de uma paisagem: vegetação, relevo, localidades, e vias de circulação. Nesse sentido, uma das mudanças que chama a atenção diz respeito ao número de cidades. Em sua descrição Geiger referiu-se ao imenso “vazio”, às baixas densidades populacionais, ao deserto da chapada: “em muitos lugares é mais difícil encontrar o homem do que um animal”, “o homem é raro nos gerais”, “mesmo nas terras... algo melhores há uma fraquíssima população” (p. 16), “nunca houve muita gente no Jalapão, e hoje, menos que uns tempos antes” (p. 19). As mudanças impulsionadas pelos processos sociais e econômicos exercem hoje pressão em grandes frentes, principalmente a partir do oeste baiano.

Se em 2023 o Jalapão permanece predominantemente como área de baixa densidade nos municípios de Mateiros, Rio da Conceição e Dianópolis, a malha administrativa sofreu importantes

¹¹ Pedra da Baliza, forma testemunho descrita por Geiger (2014 [1943]) como arenito com evidente estratificação entrecruzada...indicando antigo nível do relevo (*idem* p.12).

alterações: criação do estado do Tocantins em 1988, implantação de uma capital planejada à semelhança de Brasília, e desmembramentos municipais no estado, em particular na região geográfica imediata do Jalapão. Essas modificações representaram um vetor de crescimento do número de cidades sede de municípios e o consequente acesso a recursos oriundos de transferências de fundos públicos, além da abertura de rodovias que abriram as fronteiras do centro-oeste baiano e no vale do rio Tocantins, conseqüentemente cresceram as tensões entre usos consuntivos e não consuntivos de água. As cidades constituem o elemento de ruptura em relação às paisagens descritas no início da década de 1940, e a presença-ausência de água condição de localização enraizada, apesar do avanço das redes técnicas e do deslocamento do eixo de circulação em favor das rodovias.

Se a paisagem conserva em seus aspectos muitas similaridades no que diz respeito ao relevo, em alguns trechos a agricultura, a infraestrutura, as cidades e localidades introduziram muitas modificações, e alteraram as interações entre os espaços urbanos e rurais e as condições de circulação. Por essa razão, acrescentamos o elemento urbano como contraponto aos vazios demográficos e àquilo que Geiger não viu, conforme assinalamos precedentemente.

Como cidade recente, fruto da criação do estado do Tocantins, a paisagem urbana em Palmas é marcada pelas linhas do traçado planejado, onde a proporção e a configuração do urbano se acomodam ao quadro natural (Figura 2), em contraste com a expansão imobiliária recente definida por linhas verticais (Figura 3). Implantada às margens do rio Tocantins, a cidade vem apresentando uma expansão urbana em dois vetores principais: em direção ao sul, seguindo as margens do Tocantins e em direção a oeste, pela atração da BR 153, já no município de Porto Nacional.

No Jalapão, o ritmo de crescimento ainda é relativamente mais lento nos municípios do Tocantins em relação aos municípios do estado da Bahia (Quadro 1). Como indicado no documento, os vales goianos e baianos experimentaram importantes diferenças em relação à ocupação e às conexões com centros urbanos (Geiger, 2014 [1943], *op. cit.*). Mas, há que se considerar as diferenças próprias à dinâmica regional de valorização/apropriação dos cerrados, no papel da navegação fluvial na comunicação, no isolamento de determinadas áreas, e no surgimento de povoados e localidades, ou das relações econômicas que foram se fortalecendo pela abertura de estradas para carros de boi e que deram origem às atuais ligações rodoviárias, desarticulando a navegação fluvial.

Na década de 1940, a densidade demográfica e o movimento do mercado na cidade de Formosa do Rio Preto e sua ligação com Barra do Rio Grande, importante porto fluvial, contrastava aos vazios relativos dos Gerais e mesmo do São Francisco. Barreiras, contava então “com aeroporto e rodovia” (Geiger, 2014 [1943] p.18) e iniciava um processo de captação dos fluxos comerciais que Formosa do Rio Preto mantinha com as cidades e vilas situadas nos vales dos afluentes do Tocantins (*idem* p. 20), em especial com a “cidade do Duro” e com a localidade de Barra.

A abertura de estradas rodoviárias que fizeram a conexão entre Brasília e o Nordeste, em especial a BR 135, ligando Brasília a Teresina, e a BR 242, rodovia transversal, que liga Salvador a Barreiras, incentivam a expansão da cultura de soja, a implantação de projetos de irrigação em Barreiras, e abriram as terras situadas nas sub bacias do rio Grande, afluente do São Francisco, aos empreendimentos agroindustriais, impulsionando o crescimento demográfico e conferindo dinamismo econômico. Essas mudanças são em parte devidas ao processo de avanço da fronteira agrícola nas áreas de cerrado, amparadas na expansão do sistema rodoviário, conforme os planos

rodoviários nacionais de 1955 e 1965 reproduzidos por Galvão (2009 [1965]). Neles, os mapas indicam a posição e conectividade projetada para Barreiras neste sistema.



Figura 2 – Vista parcial de Palmas, Tocantins, cidade com processo de verticalização pouco intenso. Ao fundo, à direita, superfícies aplanadas. Foto: Gisela Pires do Rio, outubro, 2023.

O estado do Tocantins apresenta diferenças em relação à Bahia, quer pelas circunstâncias de sua criação, quer pela intensidade e velocidade do processo de crescimento urbano. O avanço da produção pecuária foi em grande medida orientado pela construção de rodovias cuja abertura seguiu as margens do rio Tocantins. As cidades e povoados constituíram pontos de apoio à construção de rodovias, base da administração local e, mais recentemente, pontos de apoio ao turismo. Essa última função é responsável, por exemplo, pela taxa de crescimento populacional no município de Mateiros. A função turística, tão acentuada na caracterização atual, não integrava, nem poderia, a descrição realizada por Geiger (2014 [1943]) ou por Pereira (1943; 1946). As paisagens, marcadas pela imposição do quadro natural, encontravam sua coerência no regime de pecuária extensiva de invernada nas regiões de cerrado e nas veredas, no sistema de relações sociais e econômicas que dela decorriam, e no regime hidrológico que regula a disponibilidade da água. Desalento parece ser a palavra que resume as paisagens retidas pelos autores em 1943.



Figura 3 – Detalhe da expansão imobiliária na orla do rio Tocantins em Palmas; a pressão sobre a planície de inundação se intensifica com empreendimentos destinados a segmentos de alta renda. Foto: Gisela Pires do Rio, outubro, 2023.

A permanência das baixas densidades em longo período contribuiu para que a região apresentasse reduzidos dinamismo e conectividade extrarregional. Considerando-se as interações espaciais no nível nacional, este relativo isolamento reforçou o papel de “fronteira de recursos” na estrutura espacial do país (Becker, 1982) até meados dos anos de 1980. Por sua vez, as sucessivas crises econômicas e a retração de investimentos em infraestrutura contribuíram para a permanência das baixas densidades e, de certo modo, retardaram as pressões da expansão do “cinturão agroindustrial” (BECKER e EGLER, 1992) que se expandia em direção ao Tocantins a partir de dois vetores principais: do norte de Goiás e do oeste baiano. Locais pelos quais passamos, como Coaceral, remetem à implantação das primeiras unidades cooperativas, com sede no estado do Paraná, exemplo de um daqueles vetores na segunda metade da década de 1980.

UF	Município	Ano de criação	População			Variação %		Taxa de cresc. %aa
			1950	2010	2022	2010/1950	2022/2010	2022/2010
Bahia	Barra	1985	32.037	49.325	51.092	53,96	3,58	0,29
	Paratinga (Boqueirão)	1943	21.493	29.504	29.252	37,64	-0,85	-0,07
	Formosa do Rio Preto	1961		22.528	25.899		14,96	1,17
	Barreiras	1891	35.536	137.427	159.743	286,73	16,24	1,26
Tocantins	Palmas	1989		228.332	302.692		32,57	2,38
	Mateiros	1991		2.223	2.748		23,62	1,78
	Ponte Alta do Tocantins	1988		7.180	7.586		5,65	0,46
	Dianópolis	1938	7.607	19.112	17.739	151,24	-7,18	-0,62
	Rio da Conceição	1991		1.714	1.768		3,15	0,26

Quadro 1 – População e taxa de crescimento nos municípios percorridos em 2023 e municípios/localidades citados por Geiger. Fonte: IBGE@Cidades, resultados do Censo 2022 e IBGE, Resultados preliminares do recenseamento 1950.

Tomando-se a Amazônia sul-americana como espaço de referência, a bacia do Tocantins e os divisores situados na porção leste desta última correspondem às bordas e às margens da Amazônia e espaço de transição entre cerrado e floresta equatorial. Nesse contexto, a bacia do Tocantins esteve sujeita às políticas destinadas à ocupação de curto prazo que recorreram à concepção de vazios para justificar determinadas políticas de avanço das frentes agrícolas e de povoamento (MACHADO, 2011) que seguiram as rodovias a partir das quais houve maior interiorização. Muitos dos conflitos de acesso à terra e à água decorrem dessas políticas, principalmente nos grandes projetos de irrigação.

O contexto atual atribui novas modalidades de valorização da região do Jalapão que ainda conserva, como já mencionado, fragmentos de cerrado em suas diferentes fisionomias e com significativa extensão espacial tributárias das unidades de conservação que lá foram implantadas. Não por acaso, essas fisionomias recobrem parte das áreas de recarga do aquífero Uruçuia. Nessa região, estão em jogo questões relevantes sobre segurança hídrica, e conflitos entre usos consuntivos e não consuntivos com expressão regional. As tensões entre cadeias produtivas ligadas ao turismo, à biodiversidade, à produção de proteínas vegetal e animal, à energia, e à mineração são mais ou menos difusas, mas podem ser acentuadas, considerando o avanço da agricultura irrigada, e na hipótese de avanço dos projetos de transposição entre as bacias do Tocantins e do São Francisco.

Se as paisagens do Jalapão oscilam entre presença e ausência de água, o “trabalho [erosivo] das águas foi superior em Goiás” (Geiger 2014 [1943], p 6), e os limites tão marcantes de divisores entre bacias e sub-bacias hidrográficas que podem ser facilmente constatados pelo observador em outros lugares, são, nessa região, menos evidentes. A água assume, pois, relevância em diferentes aspectos. À captura de drenagem – sugerida por Geiger – que diz respeito aos processos erosivos, acrescenta-se os dispositivos de apropriação da água em situações nas quais os atores vinculados à agroindústria impõem uma dinâmica própria para acesso à água, e cuja materialidade pode ser observada pelos dispositivos técnicos de captação, adução e transporte, pelo contraste, de um lado, entre as áreas cobertas por matas ciliares e por veredas – associadas à presença de água superficial –, e os cerrados arbustivos e a caatinga rasteira onde essa associação é menos evidente, de outro.

A noção de margem como terceira chave interpretativa inclui dois aspectos. O primeiro como espaço de baixa densidade bastante sublinhado ao longo do texto. Deve-se lembrar que a baixa densidade não representa, neste caso, ausência de dinamismo, mas condição de existir e dispor de relativa autonomia. O segundo aspecto remete à possibilidade desses espaços serem regulados de modo distinto ao da ideia de fronteira de recursos, cuja exploração e potencial quase infinitos a caracteriza. A margem seria o espaço nos interstícios, não como reserva, mas como modo distinto de regulação do meio. Nesse sentido, a margem constitui uma significativa modificação na relação espaço-tempo, uma distinção em relação aos vetores de crescimento (PROST, 2004) e à hierarquia centro-periferia.

Como margem, o Jalapão – que mantém contato com os elementos externos de pressão – poderia constituir o lugar no qual as interações com o meio estariam na base de novos arranjos institucionais e de superfícies de regulação. Se o processo histórico de ocupação do território cria e aprofunda em permanência as desigualdades de todo tipo, a margem, principalmente no que tange à água, compreenderia a situação na qual o meio poderia imprimir cadência ao ritmo das

transformações e induzir um tipo de regime no qual a realidade mais elementar do meio qualificaria um espaço de preservação. De modo distinto às outras áreas da bacia Amazônica, o Jalapão não esteve na posição de retaguarda do avanço da fronteira agropecuária. De certo modo, ele foi contornado. Integrou, por sua vez, o sertão, designação relativamente difusa para as áreas nas quais seus habitantes elegeram, no passado, a pecuária de invernada como atividade de sobrevivência; uma combinação geográfica que evoluiu em ritmo lento e onde a água, os espaços úmidos, sobretudo as veredas, conferiram particularidade ao meio, configuraram a principal expressão das nascentes, pois a água aflora especialmente na forma de brejos, veredas e olhos d'água. Como margem, seria possível, então, indagar sobre a efetividade e o potencial de arranjos interfederativos em relação à gestão de águas, da bio e sociodiversidades e de modo mais amplo à gestão do território.

Considerações finais: problemas e questões para pesquisa

A expedição consistiu em primeiro contato com a área previamente definida. Ela permitiu um mergulho em espaço de baixa densidade e que consideramos vulnerável, no sentido de que está premido pela intensificação e ampliação dos projetos irrigados. O percurso realizado, como descrito anteriormente, circundou unidades de conservação, permitindo a observação e identificação de pressões e mudanças em relação à descrição contida no documento elaborado por Geiger (2014[1943]) que foi base para este trabalho. A persistência da baixa densidade de ocupação não é de *per se* condição de vulnerabilidade, mas o Jalapão vem assumindo por essa condição pelas pressões que podem comprometer as interações que o caracteriza, em particular em relação aos espaços úmidos. Pressões que não são exclusivamente externas, mas são mediadas pela ação e interação entre agentes e entre esses e o meio.

A importância da expedição como prática de pesquisa consiste, em primeiro lugar, em mobilizar conceitos que podem alimentar a interpretação e a definição de uma problemática de pesquisa. As chaves interpretativas auxiliaram na elaboração da problemática e no desenvolvimento do artigo. O ponto de partida foi, para mim, a observação direta da paisagem em seu aspecto material. Aliada à observação, anotações preliminares sobre cobertura vegetal imprimiram os primeiros contornos dos principais usos da terra, identificaram potencialidades, pressões e indícios de mudanças que o processo de transformação em curso está inscrevendo no espaço.

É conveniente destacar o tipo de anotação que marca a elaboração da caderneta de campo ou do modo como as anotações são tomadas nos dias atuais, tendo em conta todos os recursos digitais que podem ser empregados. O relatório elaborado por Geiger continha esquemas, croquis e esboços que resumiam as observações, descrições do relevo, da vegetação, das localidades e construções em determinados vilarejos e arraiais. Embora tenha também utilizado fotografias, esses esquemas traduziram a riqueza das observações, da descrição, das informações e do conhecimento geográfico que começava a ser sistematizado sobre os confins do território do país. Indicam, para além da habilidade pessoal e familiaridade com a técnica, um recurso que integrava a sistematização na coleta das informações. Embora tenhamos realizado alguns esboços, a fotografia, mereceu mais atenção de nossa parte pelos motivos já expostos. Constituíram os registros iniciais a partir dos quais a análise ganhou em coerência.

Esse caminho suscitou dois eixos principais de questionamento vinculados, de modo bastante evidente, aos trabalhos anteriormente desenvolvidos sobre patrimônio natural, malhas de gestão, gestão de águas, fronteiras econômicas e a relação empiria e trabalho de campo. Há, portanto, uma carga de subjetividade nos recortes definidos, na seleção das chaves interpretativas e na apreensão dos fatos e fenômenos.

A definição desses eixos não foi imediata. Considero-a o primeiro resultado da organização das anotações feitas *in loco* que alimentaram um documento na forma de “Relatório de Expedição” e das consultas posteriores a alguns documentos e bases de dados. No que diz respeito às observações diretas, sua sistematização permitiu evidenciar tendências e estabelecer correlações que estão materializadas no espaço. Não são conclusões definitivas, trata-se, ao contrário, de “mapear” evidências significativas com o intuito de assegurar a pertinência de uma problemática e de objetivos para trabalho posterior.

A mobilização daquelas chaves interpretativas, isto é, as lentes que conferem sentido e coerência ao conjunto de elementos materiais e observações, indica as preocupações no momento que poderão delimitar o caminho de pesquisas futuras. Essas chaves de interpretação constituem dispositivos que facilitam a compreensão e análise, evidenciam questões de diferente natureza, dada a complexidade dos movimentos, das pressões e dos ritmos de transformação contemporâneos. Em síntese, uma experiência satisfatória e qualificadora para a investigação. Consideramos paisagem como realidade material que permitiu imaginar o contato no espaço entre passado e presente no instante da observação. A fronteira como lógica espacial da integração regional e a margem como espaço singular foram importantes no que diz respeito à mediação entre avanço da frente agropecuária e a urgência de preservação de mananciais.

Finalmente, a partir da expedição, algumas questões de pesquisa emergiram no tocante à compreensão geográfica específica sobre as possibilidades de interação ambiente-grupos sociais, arranjos institucionais como bacias, mosaicos e regiões, e as diferentes manifestações dos processos de transição, transformação e mudanças ambientais. Seria, então, uma geografia regional revitalizada?

Submetido em 13 de outubro de 2024.

Aceito para publicação em 17 de janeiro de 2024.

Referências

- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, B. e EGLER, C. **Brasil uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CASTRO, I *et al.* Expedição geográfica na fronteira do Brasil com a França: entre encantamento e estranhamento, **Confins [Online]**, n. 57, 2002. <https://doi.org/10.4000/confins.49188>, acesso em 25/02/2025.
- COSTA, M. H. *et al.* Uso do solo, Clima, Recursos Hídricos e Irrigação no Oeste da Bahia, I **Workshop Internacional Pesquisa Científica para Políticas Públicas de Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos**, 2018. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/333433411_Uso_do_Solo_Clima_Recursos_Hidricos_e_Irigacao_no_Oeste_da_Bahia. Acesso em 24/07/2024.
- CAUQUELIN, A. **L'invention du paysage**. Paris: Quadrige/ Presses Universitaires de France, 2000.
- GALVÃO, M. C. C. Características da geografia dos transportes no Brasil. [1956] *In*: PIRES DO RIO, G. A.; COELHO, M.C.N. **Percursos geográficos**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2009.
- GEIGER, P. P. Excursão ao Jalapão. **Terra Brasilis [Online]**, n.3, 2014, publicado em 28/08/2014, consultado em 24 de outubro de 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1030>. Acesso em 28/02/2025.
- ICMBio **PROJETO CORREDOR ECOLÓGICO – REGIÃO DO JALAPÃO**. s/d Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/pt/>. Acesso em: 20 out. 2023.
- LIVINGSTONE, D. **The Geographical Tradition**. Oxford: Blackwell, 1992.
- MACHADO, L. O. Região, fronteiras e redes ilegais. Estratégias territoriais na Amazônia sul Americana. **A Defesa Nacional**, v. 96, n. 816, p. 76-88.
- PEREIRA, G. S. Expedição ao Jalapão. **Revista Brasileira de Geografia**, v.5, n.4, p. 53-102, 1943.
- PEREIRA, G. S. Expedição ao Sudoeste da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**. v.8, n.4, p. 437-508, 1946.
- PIRES DO RIO, G. A. Espaços Protegidos Transfronteiriços: Patrimônio Natural e Territórios na Bacia do Alto Paraguai. **Sustentabilidade em Debate**. Vol 2, n. 01, pp. 65-80, jan-jun 2011a. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v2n1.2011.3907>. Acesso em 25/02/2025.
- PIRES DO RIO, G. A. Trabalho de Campo na (Re)construção da Pesquisa Geográfica: Reflexões Sobre um Tradicional Instrumento de Investigação. **GEOgraphia**, v.13, n.25, p. 18-41, 2011b. Disponível em <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2011.v13i25.a13615>. Acesso em 25/02/2025.
- PIRES DO RIO, G. A. e SILVEIRA, P. G. How the travel to the Belgian Congo (1954) influenced the academic production of the Brazilian geographer Maria do Carmo Corrêa Galvão? **35th International Geographical Congress of the International Geographical Union (IGU)**, 2024. C24 History of Geography 29/08/2024. Disponível em <https://igc2024dublin.org/programme/congress-programme/>. Acesso em 25/02/2025.

PROST, B. Marge et Dynamique territoriale. **Geocarrefour**, v. 79, n 2, p. 175-182, 2004.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 22^a edição, 2019 [1956].